

EDUCAÇÃO DE SURDOS E O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS SOCIAIS NA FORMAÇÃO CIDADÃ

Juclebson Neves de Araújo¹
Sara Cristina dos Santos Freires²

RESUMO

A educação de surdos, ao longo da história, enfrentou desafios significativos, os quais foram marcados por exclusões, lutas e avanços. Nesse contexto, as associações de surdos têm desempenhado um papel central na promoção da formação cidadã e na garantia de direitos dessa população. Este trabalho tem como objetivo analisar o papel das associações de surdos na promoção de práticas sociais e educativas que contribuam para a formação cidadã e a inclusão social. Este estudo consiste em uma revisão integrativa de literatura, realizada por meio de uma busca sistemática nos seguintes indexadores eletrônicos: LILACS, SciELO e PePSIC. Os descritores utilizados foram: “deficiente auditivo” e “inclusão”, “deficientes auditivos” e “inclusão”, “surdo” e “inclusão”, “surdos” e “inclusão”, além de “associações de surdos” e “integração social”. Critérios de inclusão, artigos indexados; redigidos no idioma português; publicados no período de 2014 a 2024; com temática pertinente ao objetivo da revisão. Assim, verificou-se que as associações de surdos desempenham funções complementares à educação formal, promovendo a disseminação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), o fortalecimento da identidade surda e o estímulo à participação política e social. Esses espaços tornam-se ambientes de acolhimento e de construção coletiva, onde os surdos podem compartilhar experiências e conhecimentos que reforcem sua autonomia e cidadania. Portanto, as associações de surdos são agentes essenciais na formação cidadã dessa comunidade, demonstrando que práticas sociais, baseadas no respeito à diversidade, podem transformar contextos de exclusão em espaços de pertencimento e protagonismo.

Palavras-chave: Inclusão. Comunidade surda. Associação de surdos.

ABSTRACT

Throughout history, the education of deaf individuals has faced significant challenges, marked by exclusions, struggles, and advancements. In this context, deaf associations have played a central role in promoting citizenship education and ensuring the rights of this population. This study aims to analyze the role of deaf associations in promoting social and educational practices that contribute to citizenship formation and social inclusion. The research consists of an integrative literature review, conducted through a systematic search in the following electronic

¹ Pós-graduando do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado/UFERSA.

² Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas/DCH/CCSAH/UFERSA.

databases: LILACS, SciELO, and PePSIC. The descriptors used were: "hearing impaired" and "inclusion," "deaf" and "inclusion," "deaf individuals" and "inclusion," as well as "deaf associations" and "social integration." Inclusion criteria included indexed articles written in Portuguese, published between 2014 and 2024, with themes relevant to the review's objective. It was found that deaf associations perform complementary functions to formal education, promoting the dissemination of Brazilian Sign Language (Libras), strengthening deaf identity, and encouraging political and social participation. These spaces become environments of support and collective construction, where deaf individuals can share experiences and knowledge that reinforce their autonomy and citizenship. Therefore, deaf associations are essential agents in the citizenship formation of this community, demonstrating that social practices based on respect for diversity can transform contexts of exclusion into spaces of belonging and protagonism.

Keywords: Inclusion, Deaf community, Deaf associations.

Data de submissão: 27/11/2024.

Data de aprovação: 25/11/2024.

1 INTRODUÇÃO

A educação de surdos, ao longo da história, enfrentou desafios significativos, os quais foram marcados por exclusões, lutas e avanços. Nesse contexto, as associações de surdos têm desempenhado um papel central na promoção da formação cidadã e na garantia de direitos dessa população. Essas instituições funcionam como espaços de resistência e empoderamento, articulando práticas sociais, que vão além do ensino formal, e abrangem aspectos identitários, culturais e políticos.

Historicamente, as associações de surdos surgiram como resposta às políticas educacionais oralistas que negligenciavam a Língua de Sinais e o potencial da comunidade surda, enquanto agente de transformação social. Esses espaços passaram a desempenhar um papel essencial na valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação, cultura e identidade. Além disso, contribuíram para a formação de lideranças surdas, fortalecendo a autonomia e a participação ativa nos debates políticos e sociais.

É válido ressaltar, que inclusão de estudantes surdos no ambiente educacional pode trazer uma série de desafios, tanto para o aluno quanto para a instituição de ensino como um todo. Entre as dificuldades enfrentadas por esses educandos, pode-se destacar o preconceito e os obstáculos na comunicação. Por outro lado, as escolas enfrentam problemas, como a escassez de recursos didáticos adequados e a necessidade de capacitação dos professores que trabalham com esses alunos nas turmas regulares (Streiechen, 2017).

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel das associações de surdos na promoção de práticas sociais e educativas que contribuam para a formação cidadã e a inclusão social dessa comunidade. Os objetivos específicos são: apresentar o conceito de educação de surdos; refletir sobre a necessidade da Associação de Surdos como movimento social contribuinte para a educação de surdos e abordar sobre as estratégias de adaptação utilizadas pelos professores, quando o aluno não participa de Associações de Surdos.

O referido excerto é ainda uma revisão de literatura sobre a educação de surdos e o papel das associações e envolveu uma busca sistemática nos seguintes indexadores eletrônicos: LILACS, SciELO e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram: “deficiente auditivo” e “inclusão”, “deficientes auditivos” e “inclusão”, “surdo” e “inclusão” e “surdos” e “inclusão”, “associações de surdos” e “integração social”. Critérios de inclusão, artigos indexados; redigidos no idioma português; publicados no período de 2014 a 2024; com temática pertinente ao objetivo da revisão.

2 EDUCAÇÃO DOS SURDOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS INCLUSIVOS

A educação de surdos é um campo rico em discussões e abordagens que visam garantir a inclusão e o desenvolvimento pleno de pessoas com deficiência auditiva. Historicamente, a educação de surdos enfrentou desafios relacionados à integração dessas pessoas nos sistemas educacionais regulares e à definição das metodologias pedagógicas mais adequadas.

A inclusão de alunos surdos no contexto educacional tem sido um tema central nas discussões sobre educação e direitos humanos, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação de qualidade e à valorização da diversidade. A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 205, assegura a educação como direito de todos, incluindo pessoas com deficiência, como os alunos surdos. Este princípio foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, a qual estabelece que a educação deve ser ofertada de forma inclusiva, respeitando as especificidades de cada aluno.

Além disso, a Educação de Surdos no Brasil é regida por outras normas específicas, como o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002) e garante o direito de ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua dos surdos. A inclusão do aluno surdo, portanto, não se limita à adaptação física do espaço escolar, mas envolve um comprometimento com a língua, a cultura e a identidade surda.

Segundo Quadros e Karnopp (2004), a Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenha papel central na educação de surdos no Brasil, sendo reconhecida como a língua natural dessa comunidade. A partir da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005, o uso de Libras nas escolas e a formação de professores bilíngues têm sido fortalecidos, promovendo o direito à educação em uma língua que os surdos compreendem plenamente. Essas medidas refletem uma mudança de paradigma, que busca superar práticas baseadas exclusivamente no oralismo, as quais, historicamente, ignoravam as especificidades linguísticas e culturais dos surdos.

Entretanto, há desafios ainda a serem superados. Em seus estudos, Strobel (2008) destaca a necessidade de formar mais profissionais capacitados e ampliar o acesso aos materiais didáticos bilíngues. Além disso, a inclusão de alunos surdos nas escolas regulares exige adaptações estruturais e metodológicas para evitar que esses estudantes sintam-se marginalizados. Assim, a educação inclusiva deve ir além da matrícula em escolas comuns, contemplando o respeito às diferenças e a valorização das identidades surdas.

Ainda nessa vertente, Skliar (1999) alerta para a necessidade de superar a visão assistencialista da educação, priorizando a valorização da identidade surda e o acesso à educação em sua língua natural. Para ele, a inclusão deve ser entendida como um processo que implica a construção de um espaço educacional onde a diferença é respeitada e potencializada, e não apenas tolerada. Contudo, a inclusão do aluno surdo vai além do acesso à escola, sendo necessário um compromisso com a adaptação dos currículos, a formação dos profissionais de educação e o reconhecimento da identidade cultural dos surdos, promovendo um ambiente educativo mais justo e igualitário, conforme está posto na legislação e na teoria educacional. A educação dos surdos requer uma abordagem integrada que combine políticas públicas eficazes, formação docente especializada e práticas pedagógicas que respeitem as especificidades linguísticas e culturais dessa comunidade. O desafio reside em garantir uma educação que não só acolha, mas que também promova a autonomia e o protagonismo dos surdos na sociedade.

2.1 A importância da Associação de Surdos

A importância das associações para surdos está relacionada ao papel fundamental que desempenham na promoção da inclusão, do empoderamento e do acesso aos direitos sociais, culturais e educacionais dessa comunidade. Tais associações oferecem um espaço para interação, troca de experiências e fortalecimento da identidade surda, contribuindo para o reconhecimento da Língua de Sinais e da cultura surda como elementos essenciais na formação de indivíduos surdos. Segundo Skliar (1998), associações de surdos desempenham um papel

crucial na promoção da identidade surda e na preservação da Língua de Sinais, que é o principal elemento de expressão e cultura dessa comunidade. Essas organizações criam espaços para a troca de experiências e a construção coletiva de soluções para desafios comuns, promovendo o empoderamento individual e coletivo.

De acordo com Dizeu e Caporali (2005), para que uma pessoa possa reconhecer sua identidade, é fundamental que ela interaja com a comunidade surda. Isso possibilita uma conexão com a cultura, os hábitos, a língua e, acima de tudo, a compreensão de sua particularidade. É essencial que essa pessoa permaneça inserida em sua comunidade e estabeleça vínculos com indivíduos semelhantes, evitando o afastamento da sociedade predominante.

Ainda para Skliar (1998), "a construção da identidade surda está diretamente ligada ao compartilhamento de experiências e à possibilidade de interação em ambientes que respeitem e valorizem a língua de sinais". Assim, as associações para surdos funcionam como um ponto de convergência para essas trocas, fortalecendo o sentimento de pertencimento e de comunidade.

Segundo Tuzzo e Figueiredo (2015), as associações, frequentemente, atuam como defensoras dos direitos das pessoas surdas, promovendo a conscientização sobre as barreiras que enfrentam e lutando por políticas públicas que assegurem acesso igualitário à educação, à saúde e ao mercado de trabalho. Esses espaços são também fundamentais para o desenvolvimento de lideranças surdas e para a formação de redes de apoio que contribuem para o bem-estar e a autonomia dos indivíduos surdos.

Sobre esses aspectos, Quadros (2004) enfatiza que as associações funcionam como um ponto de encontro para que os surdos possam fortalecer laços sociais e combater o isolamento que, frequentemente, enfrentam devido à falta de acessibilidade em diversos setores da sociedade. Nesse sentido, elas oferecem um ambiente em que os surdos podem comunicar-se livremente em sua língua natural, promovendo sua autonomia e fortalecendo sua autoestima. Contudo, as associações para surdos têm uma importância estratégica tanto para o fortalecimento individual quanto coletivo da comunidade surda, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Além disso, Goldfeld (1997), salienta que essas organizações são fundamentais na luta por direitos, como o acesso à educação bilíngue e ao mercado de trabalho. Elas também desempenham um papel importante na formação política da comunidade surda, conscientizando seus membros sobre a importância de participar ativamente das decisões que afetam suas vidas.

2.2.1 As consequências da ausência de uma Associação de Surdos

A ausência de uma associação para surdos em uma comunidade pode ter impactos significativos sobre a qualidade de vida e os direitos dessa população. Autores como Strobel (2008), Skliar (1999) e Quadros (2004) abordam as consequências dessa lacuna, destacando aspectos como exclusão social, invisibilidade cultural e limitações no acesso aos serviços essenciais.

Strobel (2008) enfatiza que as associações de surdos desempenham um papel crucial na preservação e promoção da cultura surda, funcionando como espaços de fortalecimento identitário e empoderamento. Sem esses ambientes, muitas pessoas surdas podem sentir-se isoladas, especialmente em sociedades majoritariamente ouvintes que não oferecem acessibilidade linguística ou cultural. Nesse viés, Skliar (1999) aponta que a ausência de organizações dedicadas pode levar à falta de representatividade política e social, dificultando a luta por direitos como educação bilíngue, acesso a intérpretes de Libras e políticas públicas inclusivas. Ele argumenta que as associações são essenciais para a articulação das demandas dessa comunidade.

Quadros (2004) discute o impacto na educação, destacando que a ausência de associações locais dificulta a difusão de informações sobre os direitos educacionais das crianças surdas, como o uso de Libras em sala de aula. Essa negligência reforça desigualdades e perpetua o modelo de deficiência em vez de promover o reconhecimento da surdez como diferença linguística e cultural. Sem o suporte de uma Associação de Surdos, esses alunos ficam privados de uma rede comunitária importante para o fortalecimento de sua identidade cultural e linguística.

A falta de uma entidade formal também pode dificultar a criação de eventos e atividades culturais e sociais que promovam o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a identidade surda e o fortalecimento dos laços entre surdos e a sociedade em geral. Por fim, Karnopp (2012) destaca que as associações não apenas promovem a inclusão social, mas também atuam como guardiãs das tradições e da cultura surda, valorizando a diversidade linguística e cultural dessa comunidade. Assim, as associações para surdos são espaços indispensáveis para o desenvolvimento pessoal, social e político dos seus membros, funcionando como um elo entre a comunidade surda e a sociedade em geral.

Além disso, sem uma associação de surdos, a comunidade perde um ponto de apoio importante para acolher novos membros e suas famílias, orientar sobre direitos, e fornecer

informações e suportes necessários para a integração na sociedade. Essa falta pode levar ao isolamento social, especialmente em áreas em que há pouco contato com outros surdos ou não há intérpretes de Libras, limitando as oportunidades de interação e o desenvolvimento pessoal. A ausência de uma associação também representa uma perda de espaço para capacitação profissional, que poderia oferecer cursos, oficinas e formações para surdos, visando aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho. Portanto, a falta de uma associação para surdos não apenas agrava os desafios enfrentados pela comunidade surda, mas também perpetua a exclusão sistêmica e compromete o pleno exercício da cidadania. Tais organizações são pilares fundamentais para garantir a visibilidade, o acesso a direitos e a valorização da cultura surda.

2.2 Contribuições pedagógicas em alunos não ativos em Associações

A adaptação de alunos surdos que não participam de associações de surdos no ambiente educacional apresenta desafios significativos, mas também estratégias eficazes que podem ser utilizadas para promover sua inclusão e aprendizagem. Nessa perspectiva, os professores e a gestão escolar têm adotado diversas estratégias de adaptação para atender às necessidades desses alunos e garantir o acesso à aprendizagem.

De acordo com as abordagens de Mantoan (2003) e Sassaki (1997), a escola inclusiva deve ser um espaço de acolhimento e valorização das diferenças, exigindo um esforço conjunto para adaptar práticas pedagógicas e administrativas. Em situações em que o AEE está ausente, os professores, frequentemente, recorrem às estratégias como o uso de recursos visuais e tecnológicos, simplificação de conteúdos e adaptação de materiais didáticos para facilitar a comunicação. Além disso, é comum que os educadores desenvolvam parcerias informais com intérpretes de Libras disponíveis na comunidade, ainda que de forma esporádica, ou utilizem aplicativos de tradução para suprir a ausência de um mediador linguístico qualificado.

É importante destacar que o ambiente escolar desempenha um papel crucial nesse processo, promovendo um ambiente inclusivo o qual favoreça a interação entre alunos surdos e ouvintes. Essa interação pode ser incentivada por meio de atividades que integrem diferentes alunos em projetos colaborativos, ajudando a reduzir barreiras de comunicação e promover a inclusão social. Além disso, a gestão pode buscar parcerias com universidades ou instituições locais para que os professores recebam formação contínua em educação inclusiva. Conforme destaca Lopes (2011), a escola inclusiva precisa atuar como mediadora entre as demandas específicas dos alunos e as possibilidades institucionais, fomentando a construção de um

ambiente mais equitativo. Nesse contexto, ações como a sensibilização da comunidade escolar, a flexibilização curricular e a criação de espaços de diálogo entre professores, alunos e famílias se tornam essenciais.

Outra estratégia comum envolve a adaptação de avaliações e atividades pedagógicas. Os professores podem optar por métodos avaliativos alternativos, como apresentações visuais e portfólios, que permitam aos alunos surdos expressarem seu entendimento do conteúdo de maneira que não dependa exclusivamente da comunicação oral ou escrita. Outro ponto relevante é a necessidade de criar redes de apoio, mesmo em localidades onde associações de surdos estão ausentes. Lacerda (2015), enfatiza que a formação de grupos de estudo ou comunidades virtuais entre professores podem contribuir para a troca de experiências e o fortalecimento das práticas inclusivas. Essas iniciativas ajudam a mitigar o isolamento profissional e permitem o compartilhamento de soluções criativas que respeitem as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos.

Nessa vertente, é comum que professores e gestores busquem o apoio de familiares para fortalecer a comunicação e o acompanhamento do aprendizado dos alunos surdos, compensando em parte a ausência de apoio especializado dentro da escola. A colaboração com os responsáveis contribui para um acompanhamento mais próximo das necessidades do aluno e fortalece o processo de ensino-aprendizagem em casa e na escola.

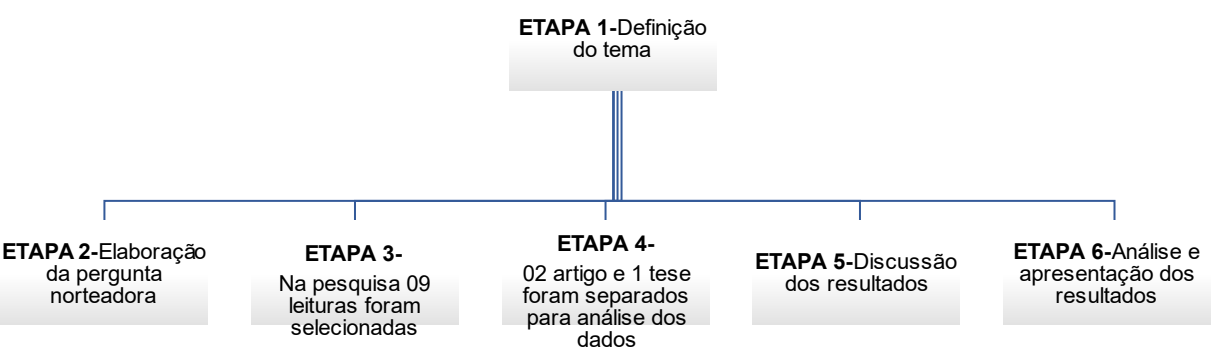
Essas adaptações permitem que, mesmo sem AEE ou associações de surdos, a escola promova a inclusão de estudantes surdos e apoie seu desenvolvimento acadêmico e social, embora ainda enfrente limitações que poderiam ser minimizadas com um suporte institucional mais robusto. Portanto, a ausência das associações de surdos exige uma reconfiguração das práticas educacionais, com um enfoque colaborativo e proativo. Essa realidade evidencia a importância de políticas públicas que ampliem o suporte às escolas e promovam a formação continuada de educadores para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é uma abordagem de revisão integrativa da literatura, cujo objetivo é compilar e condensar as informações científicas previamente geradas sobre o assunto em questão. Essa metodologia analisa, sintetiza e explora as evidências disponíveis, visando contribuir para a evolução do assunto em estudo (Mendes, Silveira, Galvão, 2008). A revisão bibliográfica integrativa é uma técnica que permite a compilação de conhecimentos e a inclusão da utilidade de descobertas de pesquisas relevantes na vida prática (Souza *et al.* 2022).

Este estudo consiste em uma revisão integrativa de literatura, realizada por meio de uma busca sistemática nos seguintes indexadores eletrônicos: LILACS, SciELO e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram: “deficiente auditivo” e “inclusão”, “deficientes auditivos” e “inclusão”, “surdo” e “inclusão”, “surdos” e “inclusão”, além de “associações de surdos” e “integração social”. Critérios de inclusão, artigos e livros indexados; redigidos no idioma português; publicados no período de 2014 a 2024; com temática pertinente ao objetivo do trabalho. Inicialmente optou-se pela leitura dos artigos e livros selecionados com base nos descritores mencionados.

Figura 1- Fluxograma para seleção de artigos



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS DA PESQUISA

Tabela 1. Publicações selecionadas para análise textual

AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVOS	RESULTADOS
Gianotto	(2022)	A importância de uma associação para construção e formação da cultura surda.	Abordar a importância de uma Associação para pessoas surdas principalmente nos primeiros anos de vida, quando a criança está se descobrindo como pessoa e sujeito, e, no caso de criança surda, aprendendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua, com	Dentro da comunidade surda podem surgir pessoas com os mesmos interesses, que podem formar uma Associação, a qual vai ser formalizado e constituindo uma pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com o objetivo de fazer políticas públicas, com projetos, por intermédio

			troca de experiências e amizades com outras pessoas surdas que já saibam a Libras.	de reivindicações e desejos dos seus associados, preservando e defendendo seus direitos, cobrando do poder público e da sociedade, em geral, ações afirmativas que visam a fazer a inclusão e a promover a acessibilidade das pessoas surdas.
Veronezi	(2023)	Comunicação Organizacional Inclusiva: O pertencimento dos Surdos às organizações	Compreender a inclusão dos Surdos nas organizações a partir de uma perspectiva essencialmente comunicacional.	Como resultado, o estudo demonstra que a inclusão dos Surdos, enquanto prática social, é permeada em sua essência pela comunicação e, nesse contexto, emerge como um campo de pesquisa promissor para os estudos desenvolvidos no âmbito da comunicação organizacional.
Santana	(2020)	A importância da comunidade surda, identidade surda e a cultura surda.	Analisar a importância da cultura, comunidade e identidade surda do ponto de vista da pessoa surda, no município do Recife	O artigo nos mostra a importância da identidade e cultura surda, o que os surdos querem é seus direitos respeitados, a diminuição de preconceitos, é ter sua voz ouvida na sua língua (LIBRAS), a comunidade surda quer a quebra de estereótipos que os taxam todos os dias, eles querem mostrar à sociedade a capacidade que eles têm, de estudar, trabalhar, se divertir como qualquer outra pessoa. E de fato a cultura surda veio ganhando esse espaço e fortalecendo sua comunidade.

Fonte: autoria própria (2024).

A análise dos textos mencionados será realizada a partir da discussão sobre a surdez, sua identidade e a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no processo de formação e inclusão da pessoa surda na sociedade.

Conforme Gianotto (2022), a entidade possui um papel social, cultural e cívico voltado à proteção dos direitos de seus membros. A contribuição da sociedade civil no desenvolvimento de políticas públicas é essencial, uma vez que o Governo, muitas vezes, ignora as necessidades e os desafios enfrentados por pessoas com deficiência, especialmente as que são surdas. Um dos objetivos da associação é atuar em nome desse grupo na sociedade, frente às esferas de governo municipal, estadual e federal, promovendo a defesa de interesses específicos, obtendo melhorias e “ampliando a voz” dos associados.

É necessário enfatizar também, que as associações possibilitam a elaboração de projetos e a execução de ações que visam um propósito ou meta específica. Caso uma criança surda não tenha oportunidades de se conectar com outras crianças surdas em ambientes escolares ou domésticos, é crucial que ela consiga acessar sua comunidade surda por meio de Associações. Esses grupos proporcionam à criança a chance de aprender a Língua Brasileira de Sinais, trocar experiências com outras famílias, se reconhecer e formar novas amizades. Essas vivências são fundamentais para o desenvolvimento de sua identidade e cultura.

Assim, quando há ausência de uma associação de surdos local pode acarretar diversas consequências significativas para a comunidade surda e o desenvolvimento de políticas de inclusão na região. Primeiramente, sem uma organização que represente os interesses da comunidade, há menos pressão por políticas públicas de acessibilidade e inclusão, resultando em barreiras contínuas no acesso à educação, emprego e saúde para pessoas surdas. Desse modo, para o autor, uma das funções da associação é atuar como representante desse grupo na sociedade, em relação às esferas de governo municipal, estadual e federal, promovendo a defesa de interesses específicos, alcançando avanços e proporcionando um espaço de expressão para seus membros. Através das associações, é viável desenvolver projetos e executar atividades focadas em um objetivo ou propósito específico. Se uma criança surda não tem a chance de interagir com outros surdos na escola ou em casa, é fundamental que lhe seja oferecida a oportunidade de se conectar com a comunidade surda. Sendo assim, organizações, dedicadas a esse público, podem facilitar a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, promover a troca de experiências entre as famílias, ajudar na formação de laços de amizade e, portanto, favorecer a construção de sua identidade e cultura.

A tese de Veronezi (2023) destaca a importância de garantir que as pessoas surdas sintam-se parte das organizações. Este é um campo relevante para discutir acessibilidade e diversidade no ambiente corporativo. A autora aborda o impacto direto que a comunicação tem no senso de pertencimento dos indivíduos, especialmente em um grupo como os surdos, frequentemente marginalizados em estruturas comunicacionais convencionais. Partindo da premissa de que a inclusão vai além da acessibilidade física e tecnológica, a pesquisa destaca a importância da adaptação cultural e linguística, como o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outras formas de comunicação visual. O estudo também enfatiza a necessidade de sensibilização e treinamento de equipes para lidar com a diversidade linguística e cultural.

O artigo de Santana (2020) explora os conceitos fundamentais que envolvem a comunidade surda, destacando os aspectos de identidade e cultura que a definem. A autora ressalta que a comunidade promove apoio mútuo, empoderamento e resistência contra barreiras sociais, e a identidade surda está relacionada ao reconhecimento e valorização de ser surdo, considerando a surdez não como deficiência, mas como uma característica que define uma forma única de viver e interagir. Essa identidade é construída socialmente, levando em conta as experiências pessoais, o uso da Libras e a relação com a cultura surda.

O texto enfatiza, ainda, que reconhecer a importância da comunidade, da identidade e da cultura surda é essencial para promover inclusão, respeito e igualdade, além de combater preconceitos e práticas capacitistas. A integração desses conceitos favorece o protagonismo da comunidade surda e o fortalecimento de sua participação social. Nesse contexto, observa-se que a comunidade surda é um espaço de união e troca entre pessoas surdas, com ênfase na valorização de suas especificidades culturais. O pertencimento a essa comunidade fortalece o reconhecimento de si mesmo e dos outros enquanto sujeitos de direitos e cultura própria. Assim as associações tornam-se fundamentais dentro das comunidades surdas, servindo como locais de socialização, aprendizado e promoção de políticas inclusivas. Elas também oferecem suporte à luta por direitos, como acesso à educação bilíngue e ao mercado de trabalho.

Os três autores apresentados – Gianotto (2022), Veronezi (2023) e Santana (2020) – abordam diferentes aspectos da cultura, identidade e inclusão da comunidade surda, cada um oferecendo uma perspectiva específica e complementar sobre o tema. Esses estudos oferecem um panorama abrangente sobre os desafios e avanços na construção de uma sociedade mais inclusiva para os surdos. Juntos, eles mostram como a cultura, a identidade e a comunicação inclusiva estão interligadas, sendo indispensáveis para a construção de uma sociedade que valorize a diversidade e promova a equidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de associação de surdos e de atendimento educacional especializado nas escolas configura um obstáculo significativo para a inclusão plena desse público no ambiente escolar. Sem esses apoios, os alunos surdos enfrentam desafios no acesso ao conteúdo curricular, na comunicação com seus colegas e professores, e na construção de uma educação de qualidade que respeite suas especificidades linguísticas e culturais. O modelo tradicional de ensino, muitas vezes centrado na Língua Portuguesa falada e escrita, não atende adequadamente as necessidades dos alunos surdos, que têm na Libras (Língua Brasileira de Sinais) a sua primeira língua. A ausência de recursos e de profissionais qualificados, como intérpretes e tradutores de Libras, pedagogos especializados, compromete o desenvolvimento acadêmico e social dos surdos.

Diante desses desafios, é fundamental que a sociedade, juntamente com os gestores educacionais, busque alternativas para promover a inclusão de alunos surdos, como a formação de educadores especializados, a implementação de programas de capacitação para os professores e a criação de um ambiente escolar que valorize a diversidade linguística e cultural.

Infere-se, ainda, que a ausência de um suporte especializado limita significativamente a participação plena do aluno surdo no ambiente escolar, uma vez que ele fica privado de recursos como intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e profissionais capacitados para trabalhar com suas especificidades. Além disso, a falta de uma associação de surdos dificulta a construção de uma rede de apoio social e de troca de experiências, o que é fundamental para o fortalecimento da identidade surda e para a promoção de uma educação inclusiva.

Outro ponto importante abordado na pesquisa é a escassez de uma abordagem pedagógica adaptada, que compreenda as necessidades linguísticas e culturais do sujeito surdo. Sem a presença de um atendimento educacional especializado, muitas vezes, o ensino é realizado de forma homogênea, sem considerar as diferenças e especificidades dos alunos surdos, o que resulta em uma educação excludente. A pesquisa aponta que o não oferecimento de apoio especializado pode resultar em um desempenho acadêmico inferior, em dificuldades na socialização e no desenvolvimento de habilidades cognitivas adequadas.

A falta de políticas públicas, voltadas à formação de profissionais capacitados para lidar com a educação de surdos, agrava ainda mais esse quadro. O estudo conclui que é essencial a implementação de um modelo educacional inclusivo, com a presença de recursos específicos, como o atendimento educacional especializado, e o incentivo à formação de associações de

surdos que possam proporcionar um ambiente de maior acolhimento e desenvolvimento para esses indivíduos. Dessa forma, é possível garantir uma educação de qualidade que respeite as particularidades culturais e linguísticas do sujeito surdo e promova sua plena inclusão social.

Além disso, a criação e fortalecimento de associações de surdos são essenciais para que esses alunos sintam-se pertencentes à uma comunidade e possam ter acesso à troca de experiências e ao apoio social necessário para seu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Em síntese, a superação dos desafios enfrentados pelos alunos surdos passa pela efetiva implementação de políticas públicas que garantam o direito à educação de qualidade, a partir de uma abordagem inclusiva que leve em consideração suas especificidades. A formação educacional do sujeito surdo, quando não há apoio especializado, exige um esforço conjunto de toda a sociedade para garantir que todos tenham acesso a uma educação igualitária e respeitosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

DIZEU, L. C. T. de B.; CAPORALI, S. A. (2005). **A Língua de Sinais Constituindo o Surdo como Sujeito**. Educação & Sociedade. Campinas, 26 (91), 583-597. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GIANOTTO, A. de O. A importância de uma associação para construção e formação da cultura surda. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Editora Unijuí, v. 10, n. 20, p. 1-13, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia>. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2022.20.12620>. Acesso em: 18 nov. 2024.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

KARNOPP, J. A atuação das associações na inclusão social. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 3, p. 123-135, 2012.

LOPES, A. **A gestão escolar inclusiva precisa atuar como mediadora entre as demandas**. 2011.

MANTOAN, M.T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/MRGrX6nYMgQqTTrKfpyFZJr/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

QUADROS, R. M. (2004). **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTANA, Araceli Catieli Ferreira de; SANTANA, Ericson Gustavo José de. **A importância da comunidade surda, identidade surda e a cultura surda**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, VII, 2020, João Pessoa. Educação como resistência, mudança, conhecimento e conscientização. Anais [...]. João Pessoa: CONEDU, outubro de 2020.

SASSAKI, R.K. **A inclusão de todos: para uma sociedade sem exclusão**. São Paulo: Cortez, 1997.

SKLIAR, C. (1999). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação.

STREIECHEN, E. M. **LIBRAS: aprender está em suas mãos**. 2. ed. Curitiba, PR: CRV, 2017.

STROBEL, K. **As associações de surdos e sua importância cultural**. Local de publicação: Editora, 2008.

SOUZA, M.T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, mar., 2022.

TUZZO, S. A.; FIGUEIREDO, L. F. de. A cidadania e o pertencimento na era da “incompletez”. **Revista Observatório**, Palmas, v. 1, n. 3, p. 23-40, dez. 2015.

VERONEZI, Daniela Priscila de Oliveira. **Comunicação Organizacional Inclusiva [manuscrito]: o pertencimento dos Surdos às organizações** / Daniela Priscila de Oliveira Veronezi. - 2023. 585 f.: il.